



## Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

1

PARECER Nº 81/2025

Câmara Municipal de Querência - MT

PROTOCOLO GERAL 1443/2025  
Data: 15/12/2025 - Horário: 12:22  
Legislativo

Da Comissão De Constituição, Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 5 de 2025, Altera o anexo I da lei complementar nº 66/2014 que dispõe sobre a criação do departamento de água e esgoto do município de Querência, e dá outras providências.

### I – RELATÓRIO

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) o **Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 005/2025**, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

A propositura visa alterar o Anexo I da Lei Complementar nº 66/2014 (atualizada pela LC 113/2020), promovendo uma reestruturação na tabela de tarifas de água e esgoto do Departamento de Água e Esgoto (DAE). As principais modificações incluem:

1. **Redução da Faixa de Consumo Mínimo:** A alteração da primeira faixa de consumo de **0-15 m³ para 0-10 m³** em todas as categorias.
2. **Majoração Tarifária:** Reajuste dos valores do metro cúbico. Na categoria residencial, por exemplo, o valor da primeira faixa passaria de R\$ 1,62 para R\$ 2,43, representando um aumento nominal de 50%.

O Executivo justifica a medida alegando defasagem tarifária frente aos custos operacionais e apresenta um quadro comparativo com tarifas de municípios vizinhos (Campo Verde, Água Boa, Nova Xavantina, Canarana e Barra do Garças).

A Procuradoria Jurídica Legislativa emitiu o Parecer Jurídico nº 91/2025, opinando pela necessidade de apresentação de estudos técnicos e de impacto financeiro antes da deliberação, alertando para a magnitude do aumento e a mudança estrutural das faixas.

### II – ANÁLISE

#### Da Constitucionalidade e Legalidade

A competência para legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a fixação de tarifas de serviços públicos municipais, pertence ao Município (Art. 30, I e V, da CF/88). A iniciativa do projeto pelo Poder Executivo é adequada, pois trata da gestão de serviços públicos e administração.



## Estado de Mato Grosso CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

2

No entanto, a legalidade material da proposta encontra óbice nos princípios da **Razoabilidade**, da **Proporcionalidade** e da **Modicidade Tarifária**. Conforme apontado no Parecer Jurídico nº 91/2025, o aumento proposto não é apenas um reajuste inflacionário, mas uma reestruturação que impõe um ônus excessivo ao contribuinte (cerca de 50% de aumento imediato na primeira faixa, somado à redução do volume de água incluído na tarifa mínima).

A Lei Complementar Municipal nº 66/2014, em seu Art. 33, determina que as tarifas devem ter por base os **custos dos serviços**. O Projeto de Lei não veio acompanhado da planilha de custos do DAE que justifique matematicamente o percentual aplicado. A mera comparação com cidades vizinhas não é fundamento legal suficiente para fixação de tarifa, pois cada sistema possui custos operacionais distintos.

### Da Análise Orçamentária e Financeira

Este é o ponto crítico da propositura. A análise técnica revela um impacto financeiro severo sobre os usuários, sem a devida transparência sobre a necessidade orçamentária do DAE.

1. **Aumento Real Oculto:** Ao reduzir a faixa mínima de 15m<sup>3</sup> para 10m<sup>3</sup>, o Executivo promove um aumento indireto de receita, pois o consumidor atingirá as faixas de consumo mais caras mais rapidamente.
2. **Falta de Estudo de Impacto:** Não foi apresentado o estudo de impacto financeiro exigido para demonstrar como o aumento de receita se comportará frente às despesas do DAE. Não há comprovação do déficit alegado nem projeção de como o superávit (se houver) será reinvestido.
3. **Impacto no Próprio Município:** A categoria "Poder Público" sofrerá um aumento de 49,55% na primeira faixa e 54,44% na faixa excedente, o que impactará as despesas correntes da própria Prefeitura e Câmara, sem que haja demonstração de dotação orçamentária suficiente para absorver esse custo extra no exercício corrente.

### Da Técnica Legislativa

O projeto atende parcialmente à Lei Complementar nº 95/98 quanto à forma. Contudo, a ausência de anexos técnicos que fundamentem os valores viola o princípio da clareza e da motivação dos atos administrativos e legislativos. A tabela apresentada no corpo da lei está clara, mas sua fundamentação técnica é inexistente nos autos.

Considerando a ausência de Estudo de Custos e Planilha Tarifária que justifiquem tecnicamente o aumento de 50% e a redução da faixa de consumo, ferindo o Art. 33 da LC 66/2014;

Considerando que o reajuste, nos moldes apresentados, pode ferir o princípio da modicidade tarifária e da capacidade contributiva dos munícipes, especialmente os de baixa renda, mesmo com a tarifa social (que também sofre aumento);

Considerando a recomendação expressa da Procuradoria Jurídica Legislativa (Parecer 91/2025) pela necessidade de instrução técnica antes da votação;





**Estado de Mato Grosso**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**

3

Manifesto-me de forma **CONTRÁRIA (PELA REJEIÇÃO)** ao Projeto de Lei Complementar nº 005/2025 em sua forma atual.

Recomendo que o Poder Executivo retire a matéria ou que o Plenário a rejeite, para que o projeto seja reencaminhado instruído obrigatoriamente com:

1. Estudo técnico de custos do DAE;
2. Demonstrativo de impacto financeiro nas contas dos usuários e nas contas públicas;
3. Justificativa técnica para a alteração da estrutura das faixas de consumo.

**III- VOTO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por seus membros infra-assinados, após analisar o **Projeto de Lei Complementar nº 05/2025**, de autoria do Poder Executivo que: **"Altera o anexo I da lei complementar nº 66/2014 que dispõe sobre a criação do departamento de água e esgoto do município de Querência, e dá outras providências"** e em conformidade com as conclusões do relatório exarado pela relatora vereadora, votam da seguinte maneira:

Beatriz Steffen: **Aprova** *Aprova*

Keila Marques: **Aprova**

Mestre Dragão: **Aprova**

É esse o parecer da presente Comissão, s. m. j.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2025.

Beatriz Steffen  
Presidente da CCJR

Keila Marques  
Relatora da CCJR

Mestre Dragão  
Membro da CCJR